



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0016164-40.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**  
 Requerente: **Edgard Regolão Junior**  
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter-se interessado por cartão personalizado oferecido no site do réu, cumprindo o procedimento para tanto sem que ele fosse concluído.

Alegou ainda que por diversas vezes tentou solucionar o problema, sem êxito, razão pela qual almeja à condenação do réu a emitir o aludido cartão, além de pagar-lhe indenização para reparação dos danos morais que lhe causou.

A pretensão deduzida não merece acolhimento.

Com efeito, ressalvo de início que de acordo com o próprio relato de fl. 02 não foi concluído o procedimento necessário para que a solicitação do autor se implementasse perante o réu.

Ainda que assim não fosse, porém, e reputando-se como finalizado esse procedimento, é certo que o réu não estava compelido a aceitar o pedido e emitir o cartão.

Por outras palavras, o réu não possui obrigação de contratar com o autor da maneira pelo mesmo preconizada, podendo ou não fazê-lo conforme critérios inerentes à sua conveniência.

Dessa forma, inexistente lastro que amparasse o pleito exordial, sua rejeição é de rigor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A mesma solução aplica-se à postulação de recebimento de indenização para reparação de danos morais, seja porque não se vislumbra ilicitude perpetrada pela ré, seja porque inexistente indicação minimamente sólida de que o autor foi exposto a abalo, frustração, sofrimento ou constrangimento de vulto que implicasse o reconhecimento de danos daquela natureza.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**